



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

EUNICE MARIA DANTAS CARNEIRO

UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O ENSINO DA GRAMÁTICA

Brasília
2012

EUNICE MARIA DANTAS CARNEIRO

UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O ENSINO DA GRAMÁTICA

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Revisão de Texto.

Orientador: Francisca Cordélia Oliveira da Silva

Brasília
2012

EUNICE MARIA DANTAS CARNEIRO

UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O ENSINO DA GRAMÁTICA

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Revisão de Textos.

Orientador: Prof. Francisca Cordélia Oliveira da Siva

Brasília, 20 de outubro de 2012.

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Prof. Dr.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os professores apaixonados pela língua Materna – Paterna, enfim, a todos que prezamos pela Língua Portuguesa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a oportunidade e o amparo que me deu em todas as etapas deste curso. E não poderia deixar de também agradecer à Professora Denise Aragão, pois com ela confirmei minha paixão pela Língua Portuguesa.

Quem, de três milênios,
Não é capaz de se dar conta
Vive na ignorância, na sombra,
À mercê dos dias, do tempo.

Johann Wolfgang von Goethe

RESUMO

Diante das acirradas discussões teóricas acerca das propostas de ensino de língua portuguesa em relação à utilização ou não da gramática de acordo com as teorias linguistas, o objetivo deste trabalho é conceituar gramática, questionar as propostas da sua não utilização, analisar o contexto de formação dos professores, realizando, assim um olhar crítico sobre o ensino da língua portuguesa tanto no âmbito de formação dos professores como no âmbito da prática desses profissionais.

A presente pesquisa teórica embasa-se em teorias de autores renomados no assunto, como Antunes, Bagno, Travaglia entre outros que possibilitaram a discussão das dificuldades enfrentadas pelo professor no ensino da língua materna, apontando a formação insuficiente desses professores como uma das possíveis causas do insucesso do trabalho em sala de aula. Busca-se nos princípios teóricos da linguística e gramática uma colaboração efetiva para o trabalho do professor propondo a elaboração de propostas e metodologias adequadas à ampliação da competência comunicativa dos alunos.

Palavras-chave: Gramática. Ensino. Língua portuguesa. Língua Materna. Competência Comunicativa.

ABSTRACT

Given the heated theoretical discussions about the proposed teaching of Portuguese language regarding the use or not of grammar according to linguistic theories, the aim of this paper is to conceptualize grammar, questioning the proposals from not using it, analyze the context of training teachers thereby conducting a panoramic look on the teaching of the Portuguese language in both the training of teachers as the scope of practice of these professionals. This underlies theoretical research on theories of renowned authors on the subject, as Antunes, Bagno, Travaglia among others that made the discussion of the difficulties faced by the teacher in the teaching of the mother tongue, pointing to insufficient training of these teachers as one of the possible causes of failure of the work in the classroom. Search on the theoretical principles of linguistics and grammar effective collaboration for the teacher's work proposes the elaboration of proposals and methodologies appropriate to expand the students' communicative competence.

Keywords: Grammar. Teaching. Portuguese. Native Language. Communicative Competence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 ESTUDOS SOBRE A LÍNGUA	11
1.1 Gramáticas	13
1.2 O Ensino da Língua: Linguística x Gramática	19
1.3 Língua Paterna ou Língua Paterna	24
1.4 O Ensino da Gramática em Desuso	27
2 O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA E SEUS DESAFIOS	30
2.1 Tipos de Ensino da Língua	31
2.2 Formação dos Professores de Língua Portuguesa	35
2.3 Por um Ensino Eficiente	40
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

A língua em sua pluralidade possui uma infinidade de aspectos que tem sido profundamente estudados e pesquisados em diversos e diferentes trabalhos, todos com a intenção primária de conhecê-la melhor para que se possibilite uma comunicação eficiente.

Para isso, instituiu-se o ensino de língua materna nos ambientes educacionais com o objetivo de formar alunos que a utilizem de acordo com a situação de comunicação, entretanto os embates entre as diferentes áreas do conhecimento da língua, têm causado certa confusão em relação ao ensino de língua portuguesa.

No contexto educacional vigente, a cada dia nos deparamos com novas metodologias, novas propostas e novos desafios em relação ao ensino da língua, em relação ao ensino-aprendizagem em Língua Materna questiona-se frequentemente o ensino da gramática.

Em relação à abordagem do ensino-aprendizagem, nas aulas de Língua Portuguesa, pretende-se questionar se o estudo pautado na linguística deve anular a possibilidade de ensino da gramática em sala de aula, assim como, pretende questionar também, os cursos de formação de professores de Língua Portuguesa, pois os cursos de Letras privilegiam a discussão linguística, excluindo quase totalmente o estudo da gramática do ambiente da graduação.

Assim, o aluno da graduação se torna um professor que desconhece aspectos da norma padrão e, conseqüentemente, não os compreende a ponto de elaborar propostas e metodologias adequadas para o ensino desta em sala.

E por último questiona-se a validade e a importância do ensino da gramática tendo em vista a possibilidade de utilizar, tanto os conhecimentos linguísticos quanto os conhecimentos gramaticais, para uma proposta de ensino que tenha como objetivo o desenvolvimento da competência comunicativa.

Essas são algumas questões que inquietam os professores e os levam a pensar e se questionar em como incorporar e articular as concepções que refletem acerca da importância ou não do ensino da gramática.

A formação de usuários competentes da língua materna vem despertando grande interesse dos estudiosos da língua e da linguagem e essas pesquisas, em suma, defendem que o objetivo e função principal do ensino de Língua Portuguesa é o desenvolvimento da competência.

Assim, um primeiro objetivo dessa pesquisa é refletir sobre as linhas de pesquisa que envolvem o estudo da Língua e da Linguagem, também pretende analisar a formação dos professores de Língua Materna e por fim apresentar uma proposta de transposição didática, discutindo o ensino da gramática e sua importância, levando em consideração que, não se pode negar o aspecto gramatical inerente ao trabalho com a leitura, escrita e análise da língua.

Por meio da pesquisa bibliográfica de diferentes autores tais como; Marcos Bagno, Napoleão Almeida, Irandé Antunes, Sandra Dresch e Luís Travaglia é que foi possível realizar o embasamento teórico para conceituação, análise e reflexão sobre a relação entre linguística e gramática, formação profissional de professores de Língua Portuguesa e os caminhos para um ensino de qualidade.

Inicialmente, faz-se uma conceituação de gramática, suas concepções e tipos de gramática, aborda também a relação entre linguística e gramática e os conflitos existentes entre essas linhas de pesquisa e estudo da Língua. Na sequência faz uma reflexão sobre a formação de professores de Língua Portuguesa. e por fim há uma sugestão para que o ensino de Língua Materna relacione tanto os conhecimentos linguísticos como também os conhecimentos gramaticais para o desenvolvimento da competência comunicativa abordando todos os aspectos inerentes à Língua Portuguesa.

Portanto, pretende-se analisar e refletir sobre os aspectos que envolvem o ensino da gramática na escola e as concepções que envolvem esse ensino. Essa análise será pautada na pesquisa teórico-bibliográfica, a partir de um estudo e reflexão dos pressupostos analisados nas leituras realizadas.

1 ESTUDOS SOBRE A LÍNGUA: CONFLITOS E DESAFIOS

A língua é fascinante e encantadora, pois é ela que possibilita ao ser humano se relacionar e interagir com o meio em que vive e com as pessoas, fazendo-se entender e, ao mesmo tempo, entendendo o mundo e as suas transformações. Assim, o ser humano age dialeticamente com o universo que o cerca, apropriando-se da língua materna e fazendo dela seu meio mais eficaz de interação. E, talvez por se sentir encantado e fascinado pela língua é que o ser humano faz dela um objeto constante dos mais diversos estudos e discussões.

Atualmente, no campo dos estudos da língua, têm-se destacado as pesquisas na área da Linguística, que têm alcançado uma gama infindável de novas teorias e métodos de ensino da língua, como afirma Viotti:

A linguística não se limita ao estudo de uma língua específica, nem ao estudo de uma família de línguas. Ela não é nem o estudo isolado do português, do japonês, do árabe, da língua de sinais americana (ASL), da língua de sinais brasileira (LIBRAS), nem é o estudo de um conjunto de línguas aparentadas, como as línguas indo-europeias, as línguas orientais, as línguas semíticas, as línguas bantas, as línguas de sinais descendentes da língua de sinais francesa (LSF), etc. A linguística é o estudo científico da língua como um fenômeno natural. É claro que quanto mais avançamos nossos conhecimentos sobre as características das mais variadas línguas naturais, mais bem formamos um entendimento do que é a língua como um todo. (VIOTTI, 2007, p1)

Os estudos no campo da linguística começaram a chegar ao Brasil a partir da década de 1950, mas, somente a partir da década de 1980, é que essas pesquisas trouxeram efetivamente novas pesquisas no âmbito da língua e da linguagem e também do seu ensino, o que possibilitou, então, o levantamento de ideias que questionavam o ensino da língua com base somente nos manuais de regras e nas normas gramaticais.

A Linguística passou a ser reconhecida como a ciência da linguagem e surgiram diversos teóricos, filósofos e estudiosos que, partindo do estudo da língua, começaram a abordar o discurso, a comunicação, a interação, as trocas linguísticas, assim como o ensino da língua e suas metodologias.

Considerada a revolução no campo do ensino da língua, a Linguística passou a pesquisar a história da língua e sua evolução, a interação que a língua possibilita e seus diferentes gêneros do discurso, as variedades dentro de uma mesma língua assim como as propostas de ensino da língua. Para Viotti (2007), a

língua envolve vários aspectos e campos de estudo, fazendo uma interface com outras ciências como a biologia, a neurofisiologia, a psicologia, a sociologia e, cada vez mais os estudos linguísticos têm-se interessado por esses outros aspectos, investigando a língua em cada interface.

No que se refere aos estudos sobre o ensino da língua materna, têm-se inúmeros estudiosos, filósofos, professores e pesquisadores que tentam desvendar os mistérios de como se ensinar a língua que o aluno já fala. Todos esses estudos do ensino da língua, perpassam pelo estudo de sua gramática, pois é a gramática que normatiza, regulariza e descreve, ou seja, a gramática tem a função de validar a língua do ponto de vista normativo e tradicional, pois, segundo Antunes (2007), as regras, para se construir palavras e sentenças, fazem parte do componente gramatical da língua.

Para a referida autora, uma língua é constituída de dois componentes: um léxico que compreende o conjunto de palavras, ou, o vocabulário da língua, e o gramatical, sendo que este último tem essa função regularizadora e:

A ela cabe especificar, desde a formação de palavras até a formação de frases, determinando quais as combinações de palavras impostas ou opcionais, qual a ordem possível para cada função dos termos. Enfim, toda a cadeia de itens que constrói uma frase ou um período está prevista pelas regras da gramática da língua. (ANTUNES, 2007, p.41)

Ainda ao analisar o que é gramática, a mesma autora explica que, quando utilizado o termo “gramática”, esse pode se referir a diferentes aspectos, dependendo do contexto em que é utilizado, e exemplifica com clareza como esses termos são utilizados. Segundo a referida autora quando se fala em gramática, pode-se estar falando:

- a) das regras que definem o funcionamento de determinada língua, como em: “a gramática do português”; nessa acepção, a gramática corresponde ao saber intuitivo que todo falante tem de sua própria língua, a qual tem sido chamada de “gramática internalizada”;
- b) das regras que definem o funcionamento de determinada norma, como em: “a gramática da norma culta”, por exemplo;
- c) de uma perspectiva de estudo, como em: “a gramática gerativa”, “a gramática estruturalista”, “a gramática funcionalista”, ou de uma tendência histórica de abordagem, como em “a gramática tradicional”, por exemplo;
- d) de uma disciplina escolar, como em “aulas de gramática”
- e) de um livro, como em “a gramática de Celso Cunha” (ANTUNES, 2007 p 25,26)

1.1 Gramáticas

Travaglia (2006, p 30), afirma que “o professor de língua materna deve perceber que a gramática da língua é constituída por bem mais do que apenas regras”. Portanto, para o autor, “se a nossa questão é o ensino de gramática, é preciso dizer também o que se entende por *gramática* e, de acordo com cada concepção, o que seria saber *gramática* e o que é *sergramatical*.” (2006, p 26).

Para que se defenda ou repudie o ensino dela, é importante e necessário que se compreenda primeiramente os conceitos, as concepções e os sentidos que a envolvem para, somente então, haver um posicionamento adequado quanto ao ensino de língua materna.

No sentido geral, a gramática é concebida apenas como um manual de uso cheio de regras que devem ser obedecidas por aqueles que querem se comunicar adequadamente. Nesse sentido, a gramática é apenas um “manual de bom uso da língua”, a chamada gramática normativa, como cita Franchi:

Gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores e dizer que alguém ‘sabe gramática’ significa dizer que esse alguém conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente. (FRANCHI, 2006, p48)

Assim, nessa primeira concepção, a língua é definida somente a partir do que ocorre no âmbito da variedade padrão ou culta, portanto todas as variedades ou usos da língua que não se encaixam dentro do padrão são considerados ‘erros, deformações, degenerações da língua’. De acordo com essa definição, a variedade padrão deve ser utilizada por todos falantes da língua para que não haja desvio, perda ou descaracterização da língua materna.

A gramática só trata da variedade da língua que se considerou como a norma culta, fazendo uma descrição dessa variedade e considerando erro tudo o que não está de acordo com o que é usado nessa variedade da língua. Tudo o que foge a esse padrão é “errado” (agramatical, ou melhor dizendo, não gramatical) e o que atende a esses padrões é “certo” (gramatical). (TRAVAGLIA, 2006, p 24)

É possível compreender que, dentro dessa concepção, a gramática é percebida como algo enlatado, rígido e imutável, como aquela que apenas estuda os fatos da língua para, então, encaixá-los na norma padrão, ou seja, normatizá-los.

Uma segunda concepção de gramática é a descritiva, porque se trata de uma descrição da estrutura e do funcionamento da língua, assim como de sua função e sua forma.

Gramática nessa concepção é um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos de uma língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical.(FRANCHI, 2006, p 52, 53)

De acordo com essa concepção, a gramática tem a função de descrever os fatos da língua, encaixando-os em suas estruturas e regras de uso. Para Travaglia (2006, p 27), essa concepção de gramática preconiza que “gramatical será então tudo o que atende às regras de funcionamento da língua de acordo com determinada variedade linguística.”

O autor ainda afirma que o critério é linguístico, porque não se diz que não pertencem à língua as formas, os usos ou as variedades presentes na língua falada, o que leva a considerar certas expressões como: “Eu vi ele ontem”, “Os meninos saiu correndo” como gramaticais, pois atendem às regras de funcionamento da língua em uma de suas variedades.

E, conforme esse conceito, conhecer ou saber a língua está condicionado a conhecer o seu funcionamento em uma de suas variedades:

Saber gramática significa, no caso, ser capaz de distinguir, nas expressões de uma língua, as categorias, as funções e as relações que entram em sua construção, descrevendo com elas sua estrutura interna e avaliando sua gramaticalidade. O cientista pode fazer gramáticas de todas as variedades da língua, propondo de acordo com um modelo teórico quais as unidades e categorias da língua bem como as relações que podem ser estabelecidas entre elas e as funções, o seu funcionamento. (TRAVAGLIA, 2006, p 27)

Se há comunicação e interação e esta ocorre dentro de uma das variedades linguísticas, neste conceito de gramática, é considerado que o indivíduo a conhece e, a gramática, neste sentido se adequa a todas as variedades da língua, propondo um acordo entre a teoria e a utilização da língua e as relações estabelecidas por meio dela.

Segundo Silva et al (2009), A partir dessa concepção surgiram várias correntes de estudos da língua como; linguística textual, análise do discurso, análise da conversação, semântica argumentativa, sociolinguística em diferentes correntes, entretanto todas se propõem a analisar a língua em uso, ou seja, a linguística da fala que considera a variação linguística e a relação da língua com a situação de comunicação.

Para Travaglia (2006), a consideração dessa linguística da fala, desses estudos sobre a língua em uso, é importante para o trabalho do professor de língua materna que pretende desenvolver a competência comunicativa, que deve ser utilizada como um dos instrumentos para descrever ao aluno como é e como funciona a língua que ele utiliza, para levá-lo a observar a constituição e funcionamento da língua.

A terceira e última concepção de gramática, segundo o referido autor, é aquela que é chamada de gramática internalizada e é aquela que considera a língua como um conjunto de variedades linguísticas utilizadas por uma sociedade de acordo com o exigido em cada situação de interação comunicativa em que o usuário está envolvido. Nesse sentido, Travaglia (1996, p 28), percebe a gramática como “o conjunto das regras que o falante de fato aprendeu e das quais ele lança mão ao falar”. Franchi concorda com essa afirmação de Travaglia (2006), ao citar;

Gramática corresponde ao saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela sua própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica. Saber gramática não depende, pois, em princípio de escolarização, ou de quaisquer processos de aprendizado sistemático, mas da ativação e amadurecimento progressivo, na própria atividade linguística, de hipóteses sobre o que seja linguagem e de seus princípios e regras.(FRANCHI, 2006, p 54)

Portanto, na gramática internalizada, não há livros de gramática, pois segundo Travaglia (2006), ela é o “objeto da descrição” é a língua falada e, nessa concepção de gramática, não há o erro linguístico, mas apenas uma inadequação da variedade linguística utilizada em certas situações de comunicação, por não estar de acordo com as normas de uso.

De acordo com Travaglia (2006), “tudo isso é reflexo de um contexto sócio-histórico-ideológico, ou seja, de um modo de nossa sociedade ver os fatos em determinado momento de sua história, que regula e afeta o uso da linguagem.”

Em suma, há um saber linguístico que permite ao falante se comunicar e é ‘aprendido’ ou adquirido ou até mesmo exercido de acordo com a socialização e a convivência desse falante com a sociedade ou comunidade que o cerca. O meio em que vive irá interferir grandemente no modo de fala e na utilização que esse falante fará da língua.

A partir da conceituação da gramática e suas diferentes concepções, Travaglia (2006) apresenta a existência de três tipos de gramática, cada uma de acordo com uma das concepções e conceitos já citados e explicitados anteriormente.

Segundo Travaglia (2006), ao desenvolver o ensino da língua materna e trabalhar especificamente com o ensino de gramática, é importante que o professor compreenda que há diferentes tipos de gramática e o trabalho com cada um desses tipos pode resultar em trabalhos totalmente distintos, portanto é conveniente e necessário que o professor conheça cada uma para utilizá-la de acordo com a interação e a atividade realizada no ensino da língua materna.

O ensino da língua materna que pretenda abordar a gramática normativa deve considerar que esse tipo de gramática é aquele que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta, ou seja, da norma oficial.

A gramática normativa é uma espécie de lei que regula o uso da língua em uma sociedade. A gramática normativa aparece quando os fatos da variedade culta da língua são transformados em regras, em leis de uso considerando como “erro” as outras possibilidades existentes nas demais variedades da língua. (TRAVAGLIA, 2006 p 31)

Assim, a gramática normativa é encarada como a gramática tradicional e que se refere “tradicionalmente” ao ambiente escolar e, quando se fala em ensino de gramática na escola, muitos estudiosos, leigos, teóricos, professores e até mesmo pais pensam pela força da tradição ou por desconhecimento apenas neste tipo de gramática, a gramática normativa.

O segundo tipo de gramática é aquele que se refere à concepção da gramática descritiva e é a que descreve e registra de acordo com determinada

variedade linguística as “unidades e categorias linguísticas existentes e os tipos de construções possíveis assim como a função desses elementos” dentro desta variedade linguística.

De acordo com Perini (1996), esse tipo de gramática é resultado do trabalho dos linguistas a partir das observações do que se diz ou se escreve na realidade e tenta explicitar os mecanismos da língua e explicar determinados aspectos de seu funcionamento.

Para Travaglia (2006 p, 32), a gramática descritiva trabalha com qualquer variedade da língua, considerando, assim, não apenas a variedade padrão e dando preferência para a forma oral dessa variedade. O que ocorre neste tipo de gramática é a valorização das diferentes formas de fala, considerando de forma efetiva a língua falada, trazendo-a para os manuais de gramática, descrevendo a utilização das unidades linguísticas em diferentes contextos comunicativos e interacionais, como afirma Travaglia (2006), “podemos, ter gramática descritiva de qualquer variedade da língua.”

O terceiro e último tipo de gramática refere-se à terceira concepção, que a concebe como a gramática internalizada, também chamada de competência linguística internalizada do falante. Para Perini (1996), essa é a gramática que é objeto de estudo dos outros dois tipos de gramática, principalmente da descritiva, pois, de acordo com Antunes (2007), esta é a gramática que se refere ao uso real que os interlocutores fazem da língua, nas diferentes situações sociais de interação verbal.

E é por meio da perspectiva da gramática internalizada que se fala em outros tipos de gramática, por exemplo, Antunes (2007), cita:, “gramática estruturalista”, “gramática gerativa”, “gramática funcionalista”, já Travaglia (2006), considera “gramática implícita”, “gramática explícita ou teórica” e “gramática reflexiva”, “gramática histórica”, “gramática universal.”

Cada tipo de gramática demonstra também diferentes tipos de estudos cada um de acordo com o momento histórico, social, cultural e científico em que foi elaborado, pesquisado e percebido, acompanhando as correntes de pensamento de cada período.

Cada uma apresenta um corpo de teorias, que justificam um tipo de apreensão, observação e análise do fenômeno linguístico. Representam, assim, visões históricas da percepção que se tem acerca da linguagem e da língua, visões que, em geral, retratam a ótica comum a outros setores da vida humana. Ou seja, a ciência da linguagem também está em sintonia com as correntes de pensamento mais significativas em cada época, de maneira que se pode ver, por trás de qualquer estudo da linguagem, um aparato teórico que se conjuga com as visões de mundo a partir das quais as coisas são observadas e, conseqüentemente, exploradas e tratadas. (ANTUNES, 2007, p 32)

Esses diferentes tipos de gramática, de acordo com Travaglia (2006), na realidade, representam uma distinção principalmente na questão do ensino de gramática, e podem ser diretamente relacionadas à distinção das atividades nas aulas de língua materna.

1.2 O Ensino da Língua Linguística x Gramática

Pode-se afirmar que o estudo da língua compreende não somente a língua em si, mas todo o contexto histórico-social envolvido, assim como a maneira de se pensar e a visão de mundo vigente em determinada época, por isso há tantos estudos, tantas vertentes, tantas contradições no que se refere ao ensino de língua materna, pois cada teórico, de acordo com o período em que viveu, de acordo com o pensamento crítico-social que seu período estudou, analisou e propôs um tipo ou tipos de gramática e pressupôs teorias e metodologias ideais para o ensino da língua. Como Antunes (2007), afirma realmente a ciência da linguagem acompanha as correntes de pensamento mais importantes de cada época.

De acordo com Luft (2009), o saber linguístico só existe graças à convivência que o falante tem em determinada comunidade. Antunes (2007), ainda completa citando que os fatos linguísticos sempre estiveram misturados à história dos povos e às suas necessidades retóricas e que, portanto, as línguas foram recebendo tratamentos diversos também conforme as diversas condições sociais e políticas dos grupos, que as tinham como marca de sua identidade.

Assim, é possível afirmar que a língua de um povo carregue em si parte da identidade, das características, das especificidades, do jeito, do modo de vida e das concepções, pois a forma como encaram, percebem, utilizam e ensinam a língua materna demonstra muito desse povo, sendo possível perceber até mesmo a

evolução não só da língua, mas do povo em si, afinal a língua está intimamente ligada a todos os processos históricos-sociais e políticos de um povo.

Para Travaglia (2007, p, 9), a gramática de uma língua tem muitas facetas que começam pela própria existência dos vários níveis e planos da língua e continuam pela existência de variedades linguísticas (dialetos, registros, modalidades) diversas da língua.

A gramática (ou gramáticas?) de uma língua é descrita pelas mais diferentes correntes e teorias de estudo linguístico que têm diferentes postulados, posturas e ideologias sobre os fatos e fenômenos existentes no mundo, o que certamente leva a apresentar tal gramática como se fosse não um, mas vários fenômenos que seriam, de fato ou aparentemente diversos. Quando as descrições da gramática da língua estão feitas, são encaradas pela sociedade de muitas formas, de acordo com a visão de mundo (ideologia) dos diversos grupos sociais no tempo e no espaço. (TRAVAGLIA, 2002, p 9)

O autor ainda afirma que, partindo desse pressuposto, a gramática não pode ser encarada como um fato ou um fenômeno singular, mas como um fato ou um fenômeno plural e, assim sendo, o seu ensino nunca poderá ser algo que ocorre a partir de uma única abordagem, com apenas uma finalidade ou metodologia de ensino, por isso Travaglia (2002), defende um ensino plural da gramática.

Anteriormente não era possível um ensino plural, pois, no início, quando as primeiras gramáticas foram escritas, o que se desejava com isso era que elas não se perdessem, havendo assim a preservação de certas características que, com a oralidade, vai se transformando e modificando, pois sabe-se que a língua é objeto das interações e essas não acontecem obedecendo a leis, normas e regras. A partir do momento em que se registrou a língua e suas especificidades e que esses registros já existiam inclusive com normas e regras bem delimitadas surgiu a necessidade de se estudar a língua não somente sob a ótica da normatização, mas também sob a ótica da sua evolução, da interação, da comunicação, do discurso e também sob a ótica de como ocorre o ensino da língua materna.

Entretanto, no decorrer da evolução do estudo da língua e da linguagem por meio da gramática e da linguística, ao invés desses dois campos de estudos se unirem em prol de um ensino sistematizado e eficiente partindo da gramática internalizada para levar os alunos à análise linguística, ocorreu um conflito ideológico entre as duas linhas de pesquisa.

Houve, na realidade, um confronto no campo científico em que uma ciência tenta anular, desvalorizar e até mesmo desmoralizar a ciência que anteriormente registrou e deu suporte aos estudos que se seguiram.

Alguns autores, a partir dos estudos linguísticos, elaboraram em seus pressupostos teóricos que o ensino da gramática normativa deveria ser abolido das aulas de língua portuguesa, predominando somente aulas que priorizassem uma educação linguística. Em relação a essa educação linguística, Marcos Bagno afirma:

Compartilho a militância em favor de uma educação linguística que transforme para melhor a vida das pessoas – discentes e docentes –, uma educação linguística que se concentre no que é relevante para a formação humana e intelectual dessas pessoas, uma educação que seja honesta no que propõe, sem esconder a realidade sociocultural intrinsecamente excludente que é a nossa, sem fazer a propaganda enganosa de que basta “saber gramática” para ser capaz de ler e escrever produtivamente nem de que “saber português” é garantia de “ascensão social”. Esta educação linguística que opera com as noções de relevância e honestidade não pode, sob pena de contradição, insistir no ensino (isto é, na inculcação) de conteúdos inócuos, de práticas de análise estereis e centrados em si mesmas, de construtos teóricos elaborados antes de Cristo e repudiados há bom tempo pelos empreendimentos científicos, de uma metalinguagem falha e inconsistente, quando não francamente errônea. (BAGNO apud ANTUNES, 2007, p 13)

É possível perceber que se criou uma espécie de conflito uma militância em favor de uma linha de pesquisa e estudo – a linguística – desfavorecendo a linha de pesquisa anterior – a gramática – tornando-a assim a responsável pelo fracasso do ensino de Língua Portuguesa, pois, de acordo com Bagno (apud Antunes 2007), os estudos gramaticais foram elaborados antes de Cristo e por isso trazem em si conteúdos “inócuos”, “falhos” e “errôneos”.

No entanto, a partir dos autores Antunes (2007), e Travaglia (2007), é possível perceber que gramática não é apenas uma, assim como também, o termo gramática não se refere somente a um livro ou compêndio de normas e regras como um “modo de usar”.

Ao analisar a gramática, sob a ótica de Travaglia (2007), e Antunes (2003), percebe-se que a gramática não é singular, mas plural.

Entretanto, é possível perceber que a afirmação de Bagno (apud ANTUNES, 2007), sobre a gramática não abrange todo o significado que envolve a palavra gramática, e sim faz referência somente ao primeiro conceito desta, referindo-se à gramática normativa e não considerando, assim, todas as outras

gramáticas resultantes de estudos da língua e já citadas, como a gerativa, a estruturalista, a funcionalista, a interna, a externa, a reflexiva, a histórica, a comparativa entre outras que, na realidade, pretendem analisar a língua sob diferentes aspectos, trazendo-a assim para a linguagem utilizada nas interações humanas.

Bagno (2011, p 21) defende ainda que, no Brasil, a língua falada não deveria ser denominada de língua portuguesa, considera que a nomenclatura para a língua falada no Brasil deveria ser o “português brasileiro que deveria ser considerado como uma língua plena e autônoma (e não como uma “variedade” do português europeu), dentro de um grupo de línguas.”

Entretanto, o estudioso filólogo, gramático e professor de português e latim Napoleão Mendes de Almeida e autor do livro Dicionário de Questões Vernáculas não concorda com essa afirmação, pois, para ele, a língua falada e ensinada no Brasil é a língua portuguesa:

Um povo pode mudar seu léxico e até a própria sintaxe; mas se guardar seus processos morfológicos, isto é, de flexão, de conjugação, de composição, de prefixação etc., sua língua não terá mudado. Se existe “língua brasileira”, sua gramática deve estar há muito esgotada e desaparecidos todos os exemplares. (ALMEIDA, 2003, p 309)

De acordo com Almeida (2003), no Brasil, não existe uma língua brasileira, porque os processos morfológicos que constituem a língua no Brasil ainda estão de acordo com a língua portuguesa, deixando claro que a língua falada pode até mudar o léxico e a sintaxe, entretanto se os processos de formação das palavras, flexão e conjugação persistem ou se mantem não há uma mudança da língua, mas uma mudança de aspectos linguísticos.

O que é coerente afirmar, pois não houve uma descaracterização da língua portuguesa o que ocorreu foram mudanças, acréscimos, supressões em determinados vocábulos, no entanto, a origem e evolução da língua não a transformaram não a modificaram a ponto de ser denominada de língua brasileira.

Segundo Almeida (2003, p 309), “afirmar que a língua que falamos no Brasil é outra que não a portuguesa é o mesmo que afirmar que os americanos não falam a inglesa”. É necessário ressaltar que essas mudanças foram e são

percebidas e precisam ser registradas, respeitadas, analisadas, estudadas. Essas mudanças ocorrem, ocorreram e ocorrerão diariamente no campo da interação, independentemente da classe social, econômica, política e até mesmo cultural em que o usuário está inserido.

A mudança da língua sempre acontecerá, entretanto afirmar que essa mudança descaracteriza a língua portuguesa a ponto de perder suas fundamentais e principais características, modificando os processos da língua portuguesa e tornando-se língua brasileira é um exagero.

Com exceção dos índios todos os brasileiros falam a língua portuguesa, porquanto uma é a lexeologia, um é o processo de formação vocabular, as mesmas flexões verbais, como as mesmas graduais, as numéricas e as genéricas, como idênticos os prefixos e sufixos. (ALMEIDA, 2003, p309)

Esta língua portuguesa que herdamos por meio da colonização de nosso país, é a língua que adaptamos e adequamos de acordo com nosso contexto social e com as nossas conveniências, mas essa mesma língua adaptada, adequada aos moldes do povo brasileiro ainda permanece em sua formação quase inalterada, com algumas mudanças, mas sem grandes transformações.

Essas mudanças, na realidade, são acréscimos, adaptações que enriquecem a língua, mas nem por isso deve se exigir que a língua mude sua configuração inicial, assim como sua denominação ou nomenclatura por radicalismo excessivo. Valorizar a identidade de um povo não significa primariamente mudar a língua falada e vigente no país, pois a identidade de um povo não será ligada somente a língua, mas também a outros aspectos como a cultura, os ritos, as crenças e a todo o conjunto de vivências, conhecimento e comportamento desse povo.

No terceiro capítulo do livro Gramática Pedagógica do Português Brasileiro o autor Bagno (2011), explica que adotou a terminologia “português brasileiro” para se alinhar a uma denominação que tem sido utilizada e que há uma diferença entre o português brasileiro e o português do Brasil, por isso, utiliza português brasileiro para indicar o reconhecimento da especificidade da língua.

Denominar a língua portuguesa como português brasileiro, no mínimo, é mais coerente e menos radical que simplesmente afirmar que, no Brasil, não existe

uma língua portuguesa e, conseqüentemente, passar a denominá-la somente como língua brasileira.

Um idioma em que se contempla a comunhão das duas nacionalidades e que, igualmente próprio de ambas, tem a sua unidade não destruída, nem substituída, mas opulenta pelas variantes de além e aquém-mar. Aceitemos que português além de significar adjetivamente pertencente ou relativo a Portugal” significa substantivamente “língua falada pelos brasileiros. Com esse último sentido, o português ajuda a manter a fusão de todos nós em um só cadinho. (ALMEIDA, 2003, p 310 -312)

É perceptível que as linhas de pesquisa científica em relação ao estudo da língua e da linguagem travam longos embates tanto no campo do ensino da língua materna quanto no campo da terminologia.

São inúmeros os pormenores discutidos em que uma linha de estudo ataca a outra e vice-versa fazendo da linguística um mal ou da gramática um mal.

1.3 Língua Materna x Língua Paterna

No que se refere à gramática, nos últimos tempos, ela tem passado por diversos ataques por meio dos linguistas que encontraram nela a raiz de todos os males e o motivo das deficiências no ensino da língua. Em um dos livros de Bagno, “Preconceito linguístico”, o autor afirma que, a gramática é a responsável por todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação existentes em relação à língua, pois a gramática, de acordo com o autor, é “elitista e preconceituosa”. Ao escrever uma apresentação de outro livro Bagno, (2007, apud ANTUNES, p.13), afirma que a gramática “traz em si conteúdos inócuos, de práticas de análise estéreis e centradas em si mesmas”.

Dessa forma, a gramática é colocada na “cadeira dos réus” do fracasso escolar, tornando-se a “culpada” por todo insucesso do aluno e do professor que, na tentativa de ensinar a língua materna, acaba por ensinar nas escolas a chamada língua paterna, que predominantemente se refere à língua escolar. Como cita Bagno (2011), a língua materna é aquela considerada “precisamente a língua da mãe”, a língua que o falante adquire logo ao nascer e assim que cria vínculo afetivo-

linguístico com a mãe. Para ele, “a língua materna é intrinsecamente variável, doméstica, familiar, idioma particular”.

Entretanto, a língua materna torna-se paterna quando é transformada em padrão e é a língua patrocinada pelo Estado e, portanto a língua da escola, sendo assim a “língua paterna a essencialmente escrita, ortografizada, normatizada.”

Língua paterna é a língua da lei, sempre associada à figura do pai, inclusive nos postulados da psicanálise freudiana. A língua materna – língua de mulher – sofre na maioria das sociedades as mesmas depreciações dedicadas ao gênero feminino. A língua paterna é a língua do direito (<derectu-, ‘o que está reto’), erigida como lei linguística. (BAGNO, 2011, p, 100)

A língua é considerada paterna, pois, de acordo com o autor ao “pai cabe domar e domesticar esse idioma errático, conferindo-lhe regras, regimes, registros, regências, regulamentos”. Portanto, a língua da escola se ergue como um patrimônio que deve ser preservado, sendo devidamente decodificada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Sendo assim, a norma padrão, a língua considerada paterna “é a língua da erecção, a língua do rei, pai da nação, símbolo do Estado.”

Já a língua materna é a língua “da mãe” a língua do vínculo “afetivo-linguístico”. De acordo com Bagno (2011), a língua materna é puramente oral, o autor a relaciona com a afetividade da mãe com seu filho como é possível observar na citação a seguir.

A língua materna é puramente oral – falada e ouvida - , mesmo quando provém da voz de uma pessoa altamente letrada. Língua do afeto, do desejo, do íntimo, do sonho, vive à margem dos ditames da norma canonizada. A língua materna é intrinsecamente variável, doméstica, familiar, idioma particular. (BAGNO, 2012, p 100)

Portanto, a diferença entre a língua materna e a paterna, para o autor, é que a língua materna está diretamente relacionada à oralidade, e a língua paterna está diretamente ligada à escrita normatizada e padronizada. Essa analogia é realizada fazendo referência às figuras materna e paterna e suas características de acordo com o estereótipo das famílias tradicionais no contexto brasileiro.

Não há dúvidas de que a sociolinguística trouxe à tona contribuições importantes para o estudo da língua, principalmente no que se refere à heterogeneidade da língua, salientando seu aspecto de língua viva e afirmando que

a língua nunca é um sistema único e encerrado em si mesmo, mas um conjunto de subsistemas, o qual a linguística denomina variedades linguísticas.

Entretanto, ao estudar as duas ciências referentes à língua, linguística e gramática, é perceptível que muitos autores não têm levado em consideração o fato de a gramática não ser somente uma, também ‘esquecem’ de que o conceito de gramática não se refere somente ao estudo e à análise de regras e normas, assim como confundem o estudo ou ensino da língua materna com o ensino de um tipo de gramática, no caso o ensino da gramática normativa.

A linguística, de outro ponto de vista, tem acrescentado e enriquecido grandemente as teorias sobre o ensino da língua, mas também tem se equivocado em alguns aspectos pontuais. O que é motivo de tantas críticas é ou ao menos deveria ser a metodologia do ensino da gramática e não a gramática em si.

Um dos conceitos e tipos de gramática é, a normatização e a regularização da língua de acordo com normas e regras, entretanto a gramática é muito mais que isso, como já observado, pontuado e conceituado anteriormente.

A autora e pesquisadora Márcia Dresch (2004), afirma, que no Brasil, pouco antes de serem introduzidos estudos sobre o texto, à luz da Linguística Textual, começaram a surgir obras que analisavam criticamente o ensino da gramática nas escolas e ressalta que esses trabalhos foram importantes, pois apontaram falhas, inconsistências e questionaram os moldes do ensino tradicional, mas também apontaram sugestões para que ocorresse o ensino da gramática de forma menos dura e normativa.

Saliento o trabalho de Câmara Jr. (1996), linguista, autor de um dos primeiros trabalhos críticos à gramática normativa. Câmara Jr (op.cit., p7) afina sua obra com os princípios estruturalistas, sustentando a necessidade de associar a descrição gramatical à linguística sincrônica, de forma que se isente a descrição da língua portuguesa do purismo do normativismo. Nesse texto o autor distingue a gramática normativa da descritiva. Assim Câmara Jr não anula o lugar da gramática normativa, mas vai estabelecer uma relação de dependência desta à gramática descritiva. (DRESCH, 2004, p 218)

Conforme Dresch (2004, p 218), o autor e linguista Câmara Jr (1996) foi um autor importante no cenário nacional de estudos sobre o ensino da língua portuguesa, pois, em seus estudos, Câmara Jr não anulou o ensino da gramática normativa, mas estabeleceu relações de dependência entre as duas linhas de pesquisa. Para ele, o linguista critica o gramático normativo “pelo fato de este último

impor suas regras praxistas como sendo linguística, corrigir às cegas, partir do princípio de que a norma tem de ser sempre a mesma e, por fim, fixar um padrão formal como o correto.”

É também possível perceber que, em todos os campos e aspectos da vida dos seres humanos, podemos perceber a necessidade e a importância das leis, e em relação à língua essa normatização se fez necessária como uma forma de registrar a língua, legitimando-a por meio de documentos escritos.

Entretanto é preciso que se tenha consciência de que a gramática normativa deve ser ensinada como uma modalidade da Língua Portuguesa, mas, não como a única forma correta da Língua.

1.5 O Ensino da Gramática em Desuso

Muitos professores e profissionais relacionados à educação ficam na dúvida em relação ao uso ou não da gramática, pois, questionam se o fato de a gramática em um de seus aspectos estar diretamente relacionada às regras e às normas da língua faz com que o ensino deste conhecimento seja algo impróprio, preconceituoso, desnecessário, discriminatório e proibitivo ou até mesmo elitista, como muitos estudiosos e linguistas têm afirmado.

Na realidade, o que é possível perceber é que a utilização inadequada da gramática, assim como metodologias retrógradas e atrasadas no ensino da língua materna é que tem causado tamanha confusão e desprezo no que se refere à gramática.

O termo ‘gramática’, pura e simplesmente, tem sido objeto de estudos e pesquisas que geraram até mesmo conflitos de opiniões no campo científico. Gramaticistas não se dão com linguistas que, por sua vez, desvalorizam a gramática. No entanto, a gramática, tem sim, em alguns aspectos, acompanhado a evolução da língua, percebendo-a não como algo enlatado, mas como uma língua viva e objeto da interação e comunicação humana que é.

Portanto, é necessário que o foco dessa batalha ou conflito ideológico alcance o que e quem realmente interessa: um estudo que una a linguística e a gramática para o bem do aluno, sem que um campo de estudo e pesquisa anule ao outro. O foco deve ser a aprendizagem efetiva do aluno para que ele se comunique

de forma adequada e coerente, entendendo o mundo que o cerca e fazendo-se entender.

Ao invés de travar discussões apenas teóricas, é necessário que os estudiosos da língua conheçam a realidade de uma sala de aula, assim como as dificuldades inerentes a esse ambiente, e percebam que, no momento de ensino-aprendizagem, é necessário que se tome mão de todos os conhecimentos que envolvem a língua e a linguagem, sejam eles gramaticais, sejam linguísticos, para atender melhor cada aluno dentro de suas capacidades, habilidades e competências.

Se cada aluno é único e a aprendizagem ocorre de diferentes formas, então por que não abordar o ensino da língua utilizando também os mais diversos aspectos que envolvem a língua, ensinando as regras, mas de forma contextualizada e de acordo com as interações comunicativas. Mas, que o foco dessa discussão seja o aluno e que, ele seja o centro das discussões e pesquisas em relação à língua, à linguagem e ao ensino-aprendizagem, para que este último ocorra de forma eficaz e consciente.

É importante que a comunidade científica se conscientize de que a gramática em si, não é culpada de todos os males, e nem a linguística a salvadora da pátria. Para que isso aconteça, é importante que os estudos e as pesquisas abranjam os professores, pois eles são capazes de unir as duas linhas de pensamento em metodologias bem elaboradas e criativas, para levar o aluno a conhecer as especificidades da língua que utiliza em suas interações comunicativas do dia a dia.

Unindo os conhecimentos gramaticais aos conhecimentos linguísticos, pode-se trazer à luz novas perspectivas de ensino por meio de novas metodologias, pesquisas e estudos da prática docente para levantamento adequado daquilo que contribui ou não contribui para o aprendizado eficaz e suas nuances.

Não é apenas levantando críticas aos professores de línguas que há de se alcançar o ideal de um ensino mais relevante, mas, valorizando esses profissionais e levando-os a pensar e a repensar sobre o ensino, trazendo-os para o centro das discussões e tratando-os como seres pensantes, e que possuem mentes capazes de geminar ideias brilhantes e eficazes no ensino da língua materna.

O professor é aquele que realmente vai para o campo de batalha, munido ou não de conhecimento gramatical e linguístico satisfatório. É o professor que

enfrenta a realidade, portanto é necessário que sejam percebidos como seres pensantes, e não como os únicos culpados pelo sistema falido de ensino de língua portuguesa, como o fez um dos maiores estudiosos linguistas do Brasil, Marcos Bagno, quando na carta de apresentação do livro de Irandé Antunes cita:

Quando trabalho com professores e professoras em formação ou já em atuação, apontando os defeitos, as incongruências e a franca inutilidade daquelas práticas tradicionais de ensino, a questão inevitável é: “Então, se não é pra ensinar gramática, é pra fazer o quê?” Essa é a pergunta que poderia nos imobilizar, nos fazer desistir da profissão, pendurar as chuteiras e ir cuidar do nosso jardim. Muito frequentemente (quase inexoravelmente), aquela pergunta emerge no final dos encontros que temos com esses docentes, como se tudo que dissemos antes, no curso da palestra, *não tivesse encontrado eco em suas mentes, não tivesse provocado ondas na superfície de suas águas interiores – e é grande a nossa perplexidade, a de não termos conseguido fazer germinar sequer a semente de mostarda.* (BAGNO, apud ANTUNES, p 13-14 grifos próprios)

Portanto, se a mente dos professores não é capaz de, segundo o autor, fazer germinar uma semente no campo das ideias ou ao menos provocar um eco em suas mentes, há algum equívoco, no mínimo muito sério, em relação à formação desses professores ou em relação a esse conflito ou militância improdutiva entre linguística e gramática.

Pois se a gramática e a linguística, separadamente, não têm auxiliado ou orientado efetivamente o ensino da língua portuguesa ou portuguesa brasileira ou ainda materna ou paterna algo precisa urgentemente ser revisto para que os alunos participem efetivamente do processo de ensino-aprendizagem, conhecendo regras, entretanto que isso ocorra não de forma punitiva ou descontextualizada e que, principalmente, o aluno compreenda que a língua é seu instrumento de interação e comunicação e que precisa conhecê-la para, que em alguns momentos, possa utilizá-la de acordo com a norma padrão, assim como também tenha a liberdade de não utilizá-la.

Levar o aluno a conhecer o instrumento de interação que utiliza e ainda levá-lo a perceber a adequação do ambiente comunicacional também é conceder – lhe a liberdade de interagir com o mundo de acordo com suas escolhas inclusive escolhas gramaticais, se necessário.

2 O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA E SEUS DESAFIOS

A língua e a linguagem são os elementos que diferenciam o ser humano de qualquer outra espécie da natureza, pois é por meio delas que comunica emoções, sentimentos, pensamentos, ideias, e é por meio da fala que se relaciona com o mundo entendendo-o e fazendo-se entender.

Conforme Travaglia (2007, p 21), “todos os seres humanos, excetuados s casos de patologia, são capazes de adquirir a língua da sociedade em que nasceram e/ ou convivem, de uma forma que poderíamos chamar de “natural”, uma vez que não exige qualquer esforço consciente ou explícito.”

A gramática que envolve este desenvolvimento natural da língua e linguagem denomina-se gramática internalizada, conforme já citado e que o autor Celso Pedro Luft reafirma no livro Língua e Liberdade.

A verdadeira gramática é um pré-requisito da fala. A verdadeira gramática: sistema de regras que possibilita atos de comunicação verbal. Mesmo para os indivíduos mais ignorantes, mesmo para as crianças pequenas, não há como falar sem teoria gramatical. Quem fala sabe a gramática da língua; por intuição, sem se dar conta, mas sabe. (LUFT, 1998, p 87)

Essa aquisição natural da língua, linguagem ou da gramática internalizada, acontece de forma “natural” somente em relação à língua falada e às interações comunicacionais que a envolvem, no que se refere à versão escrita da língua não acontece o mesmo, pois normalmente para que haja a sua aquisição, o falante ou usuário da língua demonstra empenho explícito em uma situação formal de ensino/ aprendizagem.

O ensino sistematizado da língua escrita ocorre essencialmente nos ambientes escolares e a escola têm demonstrado, em alguns aspectos, indecisão, confusão e até mesmo ineficácia sobre como ensinar a língua materna em relação à leitura e à escrita.

De acordo com Gerardi (1997), essa dificuldade no ensino/ aprendizagem da língua materna deve-se ao uso excessivo e quase exclusivo pela escola da gramática normativa, sendo que para o autor o uso da metalinguagem deve ser o meio, e não mais o fim.

No início da escolarização no Brasil a escola sistematizou o ensino da língua materna, e o fez baseando-se principalmente na gramática normativa utilizando-se das normas e regras essencialmente. A escola inicialmente utilizou-se apenas da gramática normativa no ensino da língua o que a fez se tornar sinônimo de ensino tradicional, entretanto cumpriu seu papel de acordo com Bechara (1995),

Veio à escola procurando ensinar a língua materna (...) através dessa gramática escolástica sem que fossem bem definidos os limites e a eficácia do método. Apesar da assistemática e das incoerências internas, a gramática normativa, para o bem ou para o mal, foi cumprido seu papel, —muito mais pela participação consciente e adesão [do aluno] a um sistema linguístico diferente daquele a que poderíamos chamar natural, do que pela manipulação das regras e conceitos aprendidos na sala de aula. (BECHARA, 1995, p. 34).

Esse tipo de ensino se mostrou um equívoco e para Aparício (2001), já em meados do século XX, esse ensino foi considerado de caráter opressor, centrado numa única variante idiomática o que mostrou a insuficiência desse tipo de abordagem de ensino de Língua Materna.

Portanto a língua como instrumento de interação deve ser abordada em todos os aspectos e não somente o gramatical, como ocorreu a princípio, é importante que, seja analisada, estudada e percebida em sua totalidade para um ensino realmente produtivo.

2.1 Tipos de Ensino da Língua

Durante muito tempo o ensino da língua foi encarado somente por meio do ensino da gramática normativa, deixando de se avaliar outros aspectos inerentes à língua, entretanto, a partir dos estudos sobre os diferentes conceitos e tipos de gramática foi possível perceber que ela poderia ser ensinada e abordada de diferentes formas, surgindo tipos diversificados de ensino da Língua Materna

O ensino da língua materna abrange-a como um todo e não somente um ou alguns aspectos dela. De acordo com Travaglia (2006, p 38), há diferentes tipos de ensino ou diferentes metodologias de ensino da língua e, sendo eles baseados na gramática ou na linguística, como é possível observar nos tipos de ensino

abordados por este autor: “ao ensinar uma língua, há três tipos de ensino: o prescritivo, o descritivo e o produtivo.”

O ensino denominado prescritivo refere-se àquela metodologia que pretende substituir a atividade linguística do aluno, que é considerada “erro” pela variedade considerada correta, como afirma Travaglia (2006, p 38):

O ensino prescritivo objetiva levar o aluno a substituir seus próprios padrões de atividade linguística considerados corretos/aceitáveis. É, portanto, um ensino que interfere com as habilidades linguísticas existentes. É ao mesmo tempo proscritivo, pois a cada “faça isso” corresponde um “não faça isso”. Esse tipo de ensino está diretamente ligado à primeira concepção de linguagem e à gramática normativa e só privilegia, em sala de aula, o trabalho com a variedade escrita culta, tendo como seus objetivos básicos a correção formal da linguagem.

Essa metodologia ou esse tipo de ensino tem como objetivos principais ensinar a norma culta ou padrão ao aluno e, conseqüentemente, levá-lo a dominar essa norma em suas interações comunicacionais.

Já o tipo de ensino denominado descritivo tem o objetivo de mostrar como a linguagem funciona e como determinada língua em particular funciona, para isso utiliza-se das gramáticas descritiva e normativa Travaglia (2006, p 39), explica que:

O ensino descritivo existe não só a partir das gramáticas descritivas, mas também no trabalho com as gramáticas normativas; todavia, nestas a descrição feita é só da língua padrão, da norma culta escrita e de alguns elementos da prosódia da língua oral, enquanto nas descritivas trabalha-se com todas as variedades da língua. Assim quando trabalha com gramática normativa diz-se “a língua é assim” e o que foge disso é erro, é degeneração, é aviltamento da língua.

Quando se trabalha somente com a gramática normativa, o professor está fazendo mera prescrição ou descrição da variedade culta e formal da língua, transformando os fatos observados da língua em meras leis de uso, e considerando então uma única possibilidade de uso da língua; a variedade padrão.

O terceiro e último tipo de ensino da língua considerado por Travaglia (2006), é o ensino chamado de produtivo que consiste em ensinar novas habilidades linguísticas, auxiliando o aluno a estender o uso de sua língua materna de maneira mais eficiente, pretendendo aumentar os recursos linguísticos que já possui e fazer isso de um modo que o aluno tenha ao seu dispor, para uso adequado uma ampla

gama de meios e instrumentos da língua, para usar nas mais diversas situações de comunicação.

Portanto de acordo com Travaglia (2006), o ensino produtivo é o mais adequado para o desenvolvimento da competência comunicativa, já que esse consiste também na aquisição de novas habilidades de uso da língua e visa ampliar a competência comunicativa no aluno além de não anular os conhecimentos prévios que ele já possui.

Travaglia (2006, p 40), ainda considera que o ensino da variedade escrita da língua “é todo ele produtivo, uma vez que o aluno não apresenta, quando entra para a escola, nenhuma habilidade relativa a essa variedade.”

Apesar de haver três tipos de ensino de língua materna, durante muito tempo acreditava-se que o ensino da língua deveria ocorrer utilizando somente, o tipo de ensino prescritivo, que aborda as regras e as normas da língua priorizando um ensino tradicional e arcaico que levava em consideração somente a variedade padrão da língua. O que levou muitos linguistas a criticar duramente, e em alguns casos, até propor o não ensino da gramática na escola.

Entretanto, é possível sim abordar o ensino da gramática e, ao mesmo tempo, considerar as variedades linguísticas e até trazê-las para a sala de uma forma consciente e contextualizada, pois, conforme Travaglia (2006, p 40), “esses três tipos de abordagem do ensino da língua não são mutuamente excludentes e podemos em nosso trabalho lançar mão de todos eles de acordo com nossos objetivos”

É necessário perceber e considerar que a gramática precisa ser percebida como um todo e não somente como um compêndio de regras e normas a ser combatido, também é importante considerar que o não ensino da gramática pode privar os alunos de conhecer os instrumentos e as estruturas da língua que lhes possibilitarão uma comunicação mais eficaz em determinados momentos e situações comunicativas.

E a privação ou a proibição de ensinar a gramática normativa aos alunos também não seria algo em alguns aspectos preconceituoso e arcaico e até mesmo discriminatório? Considerando que o aluno tem direito a todo conhecimento, inclusive o gramatical não seria adequado e coerente privar os alunos de aprender funções, estruturas e até mesmo nomenclaturas que normatizam e regularizam a língua.

Portanto, o que os professores de língua portuguesa e os estudiosos da língua precisam encontrar é um caminho e metodologias para um ensino eficiente, contextualizado e que demonstre ao aluno a grandeza e variedade que a língua portuguesa contém.

Abordando todos os aspectos que envolvem uma língua seja esse, o aspecto oral, escrito, normativo ou aquele que se refere às variedades, mas é importante que a língua seja considerada e ensinada e abordada em sala de aula como um todo e não como apenas uma parte do todo.

Inevitavelmente, o ensino da língua tem sido considerado assim, tanto no ensino que prioriza a gramática quanto no ensino que prioriza a linguística, pois o que ocorre é que uma linha de pesquisa acaba tentando anular a outra, e, neste conflito de ideologias, o maior prejudicado é o aluno que é privado de determinados conhecimentos estruturais ou linguísticos.

Então, tem-se aqui o que realmente deve ser debatido ou discutido, não a questão do ensinar ou não a gramática, mas como ensiná-la, como deve ocorrer o ensino desta no ambiente escolar. Essa é a questão que deve pautar os debates, os conflitos, as pesquisas e os estudos que envolvem a língua, em relação a isso Antunes (2003, p 119), afirma:

Gramática, como vimos, não entra em nossa atividade verbal dependendo de nosso querer: ela está lá, em cada coisa que falamos, em qualquer língua, e é uma das condições para que uma língua seja uma língua. Não existe a possibilidade de alguém falar ou escrever sem usar as regras da gramática de sua língua.

Portanto a discussão deve procurar o caminho para que haja um ensino produtivo e que abranja não somente a linguística, mas também a gramática. Talvez seja a junção dos três tipos de ensino da língua, como propõe Travaglia (2006), além de metodologias que não priorizem somente a gramática ou a linguística, mas que abarquem e utilizem os dois tipos de conhecimento em metodologias inovadoras, contextualizadas e coerentes.

Esse caminho inevitavelmente perpassa a formação de professores de língua portuguesa, pois, se não houver profissionais preparados para enfrentar essa nova realidade e demanda, o ensino da língua continuará a causar conflitos, equívocos e preconceitos em relação ao ensino da mesma.

2.2 Formação dos Professores de Língua Portuguesa

De acordo com Dresch (2004), autora do artigo O Lugar da Gramática no Ensino de Língua Portuguesa da formação de professores ao Ensino Fundamental e Médio, os alunos que saem da universidade não se encontram preparados para o enfrentamento da realidade e não conseguem compreender ou relacionar as teorias aprendidas às metodologias para um ensino de língua materna que abarque tanto a linguística como a gramática, pois:

Concluem o ensino superior com uma formação teórica escassa e inseguros quanto à metodologia adequada para trabalhar a gramática; assim, têm, como professores, dificuldade em delimitar o espaço destinado ao ensino da gramática nos diferentes níveis de ensino.(DRESCH, 2004, p 217)

Isso ocorre devido à formação somente linguística que vem ocorrendo nas universidades nas últimas décadas, por isso os professores saem das universidades despreparados para encontrar, em suas aulas, um espaço adequado para o trabalho com a gramática e acabam por repassar, no ensino Fundamental e Médio, a mesma formação que receberam em língua materna; o tão temido e malfadado ensino tradicional que prioriza somente a gramática normativa, pois, tentando fugir deste tipo de ensino, acabam repetindo-o, pois não estão preparados para lidar com a gramática.

Dresch (2004) afirma que o rompimento com o ensino tradicional não tem acontecido nas salas de aula de Língua Portuguesa pelo despreparo dos professores em relação aos conteúdos gramaticais, e isso ocorre devido a formação dos professores, que não têm os preparado efetivamente para uma prática inovadora e coerente com as teorias abordadas na universidade.

O despreparo e a dificuldade em romper com o modelo tradicional de trabalhar gramática são problemas diretamente ligados à formação do professor. Tem-se constatado que o discurso dos professores se aproxima daquele formulado na universidade, mas a prática aponta para um caminho diverso. A pesquisa indicou a necessidade de se repensar o curso de Letra. (DRESCH, 2004, p 217-218)

É possível perceber que os professores defendem o trabalho contextualizado da gramática, entretanto não o fazem, confundem-se no sentido de que, imaginam estar trabalhando a gramática do ponto de vista do ensino produtivo

e com metodologias diversificadas que priorizam o texto, mas utilizam o texto de forma equivocada.

De acordo com Dresch (2004), há um completo deslocamento do discurso do professor que pretende trabalhar com a gramática do texto ou no texto e de forma contextualizada, mas o faz com exercícios em que há predominância de atividades em que o foco é a conceituação, classificação, análises morfológicas ou sintáticas e ainda o fazem em frases descontextualizadas, o que demonstra total incoerência com o que pregam e defendem.

Em suas pesquisas, Dresch (2004), verificou que muitos professores admitem que, não sabem o que fazer em suas aulas de língua portuguesa, ou que metodologia utilizar.

Talvez, por esse motivo, muitos professores ainda sustentam, a crença, de que o ensino da gramática pouco ou nada contribui para o ensino da leitura e da escrita, assim como Possenti (1996) e Luft (1985), e, fazendo isso, excluem o ensino da gramática ou o reduzem grandemente, ou ainda tentam ensinar a gramática com base no texto, estratégia que é conhecida como gramática textual ou gramática do texto.

Segundo Dresch (2004), a partir da década de 80, vinculou-se a gramática ao texto com o objetivo de legitimar o ensino da gramática, sem que este fosse caracterizado como um ensino tradicional da gramática normativa, substituindo assim a gramática tradicional pela gramática textual.

O trabalho com o uso de textos ganhou espaço nas aulas de Língua Portuguesa e conseqüentemente a gramática foi ficando em segundo plano, e, quando a gramática é abordada isso acontece por meio do texto.

À medida que o texto passa a ocupar a aula de Português enquanto unidade de ensino, objeto sobre o qual se organiza o trabalho, a gramática passa a ocupar um lugar secundário no discurso dos professores, e sempre que aparece, vem vinculada ao trabalho com texto. (DRECSH, 2004, p 218)

Nesse sentido a opção de trabalhar com o texto, na realidade, demonstra uma tentativa dos professores em de romper com essa gramática normativa, entretanto a falta de preparo e formação adequada faz com que o texto seja utilizado como pretexto, pois o utilizam como justificativa para conceituar e classificar estruturas e funções gramaticais, e segundo Dresch (2004, p, 219)

Mesmo quando o professor trabalha com uma diversidade de textos – diferentes gêneros textuais – esse material não é explorado enquanto exemplo de uso da língua, mas como modelo de uso de determinada categoria gramatical o que configura o que costuma ser chamado de uso do texto como pretexto.

Utiliza-se o texto como base para a formação em língua materna, entretanto, como pano de fundo, a gramática normativa aparece como que “maquiada”, disfarçada. O uso do texto como pretexto só deixa claro que a formação de professores não tem cumprido o seu papel de preparar os professores para lidar com o ensino produtivo e utilizar o texto adequadamente em situações de uso da língua e não como meio de: “retirar do texto substantivos ou advérbios” ou normatizar o texto utilizado.

Conforme Dresch (2004), o que chama a atenção é que para fazer atividades que abordem a gramática normativa não é preciso um texto, pois, a partir de uma lista de frases chega-se ao mesmo resultado. A pesquisadora identificou que o texto é secundário na abordagem que afirma sua centralidade no ensino de língua. Entretanto, essa forma encontrada pelos professores de descaracterizar o ensino da gramática pela gramática é ilusória e enganadora, pois acreditam estar fazendo um trabalho diferente do ensino tradicional de gramática e, na realidade só trocaram a tradicional frase pelo moderno e contemporâneo texto, usando-o como pretexto.

É possível perceber que há uma crítica aos professores de Língua Portuguesa, entretanto não o real motivo do despreparo desses profissionais, que são os cursos de formação de professores também deveria ser analisada de forma crítica com objetivo de repensá-lo.

Para Dresch (2004), qualquer que seja o tipo de abordagem feita no ensino de língua da escola, é fundamental uma sólida formação em língua portuguesa e em linguística, pois as principais dificuldades do professor no trabalho com a gramática em sala de aula são, segundo a pesquisa realizada:

- I) não ter uma fundamentação teórica adequada e consistente, seja na linguística, seja em língua portuguesa, reunindo do seu curso de formação apenas fragmentos de teorias; e decorrente da primeira dificuldade,
- II) a incapacidade de construir uma proposta de ensino tomando como base esse conhecimento (DRESCH, 2004, p 219)

O que se tem são professores incapacitados, despreparados e desconhecedores de alguns aspectos fundamentais da língua e, por não saber como e por que elaborar uma proposta de ensino que aborde tanto a gramática quanto a linguística, dedicam suas aulas de língua portuguesa somente à leitura, à interpretação e, em quantidades ínfimas, à escrita. Muitos até realizam atividades interessantes, criativas e diversificadas, mas desconhecem a necessidade de abordar especificidades da língua, mesmo porque a atividade de leitura, interpretação e escrita deve ser tarefa da escola como um todo.

Algo que precisa ser notado por todos os professores é que o corpo docente, como um todo têm a responsabilidade de efetuar um trabalho de leitura e interpretação, portanto o professor de Língua Portuguesa não deve necessariamente lidar somente com textos, mas também abordar outros aspectos da língua em suas aulas como afirma Dresch (2004, p, 221).

Os professores de História, de Ciências, de Matemática, entre outras áreas, também se mobilizam em torno da leitura, da interpretação e da escrita, pois o conhecimento passa necessariamente pela língua. Por isso, cabe o questionamento: onde reside, então a especificidade da disciplina de língua portuguesa? Exatamente no estudo do uso da língua no estudo de como as diferentes falas e os diferentes textos escritos se constituem linguisticamente.

Assim, uma proposta adequada ao trabalho de leitura, interpretação e escrita em língua portuguesa não pode acontecer sem o estudo da forma como o texto é construído. Para Dresch (2004) isso deve ocorrer tanto para permitir um nível amplo de entendimento, como para perceber como a língua funciona socialmente, para que haja a formação de alunos críticos e atentos que percebam e conheçam às variações linguísticas, e que reflitam sobre suas produções textuais.

Mas para que se chegue a uma proposta adequada para o ensino de língua portuguesa nas escolas, é necessário que antes os futuros professores, ou seja, os alunos do curso de Letras tenham uma formação completa em relação à língua, não estudando apenas uma parte, mas estudando o todo. Este aluno precisa conhecer e estudar a gramática normativa como Ferraz e Oliven afirmam:

É importante reiterarmos aqui que à ação do professor na inserção de práticas de Análise Linguística precede que o mesmo tenha domínio da língua padrão; conheça a estrutura gramatical da língua; domine os recursos linguísticos e suas funções na construção do sentido nos textos e, além disso, saiba selecionar que conteúdo desenvolver com cada nível escolar, com qual finalidade e a partir de que metodologia. (FERRAZ & OLIVAN, 2011, p 242)

Não há como criticar ou ensinar a gramática de forma reflexiva e produtiva, ou mesmo negar a sua utilização na escola sem conhecê-la como objeto de estudo e pesquisa. Para criticar o uso ou mesmo utilizar, é necessário que antes haja um conhecimento da norma padrão, para que somente depois se desenvolva uma metodologia de ensino mais adequado.

Dresch (2004) afirma que o aluno da graduação de Letras “precisa conhecer os problemas dessa gramática e tem de conhecer diferentes possibilidades de estudar a língua à luz da Linguística, da Antropologia, da Sociologia, da História” e precisa também ser capaz de ter o mínimo de mobilidade sobre esse conhecimento teórico e, conseqüentemente, formular propostas pedagógicas de língua.

E que essas propostas elaboradas pelo próprio professor tenham o objetivo de formar alunos conscientes, atentos e sensíveis ao funcionamento da língua na sociedade. Sobre isso Dresch afirma:

O desafio é transformar o conhecimento teórico em práticas pedagógicas conseqüentes. Entender que tudo – o conhecimento, o poder, o humor, a violência, as drogas, a guerra e a paz, temas recorrentes nos projetos de ensino – passa pela língua é o primeiro passo. (DRESCH, 2004, p 222)

Para que a mudança no ensino de língua ocorra efetivamente é necessário repensar a formação de professores, é importante que haja medidas que modifiquem o ensino nas universidades, pois muitos graduandos do curso de Letras e futuros professores saem da universidade inseguros sobre o próprio conhecimento, saem confusos se devem ou não ensinar a gramática e se o fizerem como deverão fazer. Esses conflitos e dúvidas encontram espaço na prática desses professores que como Dresch (2004) cita são incapazes de elaborar propostas eficientes para o ensino da língua porque foram mal preparados durante todo curso de Letras.

Que esse aspecto seja analisado e repensado pelos estudiosos do ensino da língua, pois não adianta criticar os professores se eles por sua vez não receberam uma formação que os capacite a enfrentar a realidade e a elaborar metodologias e propostas para um ensino que alie gramática e linguística formando futuros professores que conheçam a língua efetivamente e que sejam capazes de utilizá-la de acordo com os instrumentos gramaticais e linguísticos que conhecem.

2.3 Por um Ensino Eficiente

É perceptível que tanto linguistas quanto gramáticos pretendem analisar, pesquisar, idealizar e, por meio dessas pesquisas, propor um ensino de língua portuguesa de qualidade, entretanto, nessa tentativa, muitos se prendem a um conflito ideológico de mostrar a ineficácia ou a inadequação da gramática ou da linguística e perdem de vista o real objetivo desses estudos que é propor e desenvolver um ensino de língua portuguesa realmente eficiente.

A discussão não deve ocorrer no âmbito do questionamento de ensinar ou não ensinar gramática. Segundo Dresch (2004), esse é um questionamento que deve ser superado e essa discussão deve ser colocada em outro patamar.

O desafio, portanto, agora é como integrá-la de forma consciente e significativa ao estudo da língua portuguesa no ambiente escolar, deixando para trás às aulas tradicionais e normativas. Essa é uma mudança necessária que se quer e que envolve todos os participantes do processo de ensino/aprendizagem, mas principalmente, os diretamente envolvidos em sala de aula: os professores e os alunos.

Um ensino significativo envolve tanto conhecimentos gramaticais quanto conhecimentos linguísticos, no sentido de que a lacuna que há em uma teoria de ensino a outra pode sanar e vice-versa.

A língua, mesmo a oral, acontece também dentro de determinados padrões gramaticais, pois, quando uma criança em processo de aquisição da fala organiza sua frase de acordo com a sequência gramatical adequada, ela o faz, porque tem a gramática já internalizada.

Em relação a isso Staub (apud BRITTO, 2000, p 107) afirma que “todo ensino deve ser também gramatical, [já que] saber gramática não significa dominar

nomenclaturas, saber regras, regrinhas e exceções; saber gramática é saber concatenar, combinar, criar de acordo com regras interiorizadas”.

Superada a questão do não ensino da gramática nas escolas, a partir da percepção de que a gramática é importante na organização de um conhecimento sistematizado sobre a língua, como citam Martins e Pereira (2010)

Convém destacar que existem razões, não especificamente linguísticas, para acreditar que se deve trabalhar teoria com os educandos. Numa sociedade científica como a nossa, conhecimento teórico sobre a língua fornece informação cultural, desenvolve o raciocínio, a capacidade de pensar e ensina a fazer ciência, ao passo que, o aluno redescobre teorias existentes, criticando-as e criando e formulando outras. (MARTINS e PEREIRA, 2010, p 3)

Também é importante romper com o paradigma do preconceito linguístico que impede os professores de trabalhar a língua enquanto produto das interações sociais e históricas e de perceber a língua portuguesa em toda sua plenitude, levando em consideração todas as variedades linguísticas, inclusive a variedade padrão.

De acordo com Possenti (2002, p 38), “não vale a pena recolocar a discussão pró ou contra a gramática, mas é preciso distinguir seu papel no papel da escola”. A escola, por sua vez, deve oferecer aos alunos o efetivo domínio da língua o que significa que a variedade padrão também deve ser abordada, e o não ensino da gramática seria de certa forma omitir parte do conhecimento da língua como um todo.

Portanto, a intenção é que haja uma reflexão sobre aspectos importantes e necessários a um ensino adequado e eficiente de língua portuguesa, aspectos estes que abarcam; desde a formação dos professores até a utilização de conhecimentos gramaticais e linguísticos na elaboração de propostas e metodologias que dinamizem e contextualizem as aulas de língua portuguesa, formando assim alunos que sejam leitores e escritores competentes.

Para Bagno (2002), a escola deve ser a responsável por formar cidadãos que sejam competentes oralmente e também por escrito que sejam capazes de por meio da linguagem se inserir na sociedade.

O objetivo da escola, no que diz respeito à língua, é formar cidadãos capazes de se exprimir de modo adequado e competente, oralmente e por escrito, para que possam se inserir de pleno direito na sociedade e ajudar na construção e na transformação dessa sociedade. (BAGNO, 2002, p 80)

Que a partir das aulas de língua portuguesa os alunos desenvolvam a competência comunicativa tanto na leitura quanto na escrita, construindo, assim, a capacidade de adequar seu discurso à situação comunicativa, seja ela qual for.

E que, por meio de um ensino eficiente da língua, essa se torne o instrumento de construção de conhecimento, possibilitando aos alunos sua inserção no meio social, cultural e econômico em que vivem, ampliando seus horizontes, os fazendo entender o mundo que os cercam e possibilitando que o mundo ao seu redor também os compreendam enquanto seres críticos-sociais, conscientes e produtores de conhecimento.

A luta e o desafio para que esse tipo de ensino seja possível depende de muitos aspectos aqui já citados. Entretanto cabe também ao professor que atua dentro das salas de aula manter a disposição e a persistência, para pesquisar e desenvolver metodologias e propostas inovadoras que tornem possível a união da gramática e da linguística em um só ideal, que é o ensino produtivo, reflexivo, crítico e eficaz.

Portanto, as palavras de Pereira (2000), são pertinentes e traduzem bem nesse contexto de desafios, mas de muitas perspectivas os anseios de cada professor de língua portuguesa que pretende desenvolver e construir juntamente com seus alunos a tão sonhada competência comunicativa, por meio de um ensino de língua portuguesa que seja eficiente em todos os aspectos.

Dá muito trabalho ser bom e eficiente professor de Língua Portuguesa. Títulos, cursos, leituras, eventos, ajudam e muito. Entretanto, o mais importante é o entusiasmo, a paixão (gostamos dessa palavra) por aquilo que se faz, acreditar que se é capaz, pelo menos, de mudar aquela turma, as pessoas que estão ali, naquele momento, em algumas horas, em um semestre, em um ano, porque naquele breve tempo poderá, além de ensinar, “despertar” o desejo por mais, “instigar” a procura do conhecimento, ser responsável pelo aparecimento de pessoas especiais. (PEREIRA, 2000, p 246)

Que esse entusiasmo continue fazendo com que professores e estudiosos da língua acreditem na mudança, que os faça unir os discursos linguista e gramatical em prol de um despertar pelo ensino e aprendizagem eficiente e

produtivo da língua portuguesa. Que os alunos tenham a língua como aliada na construção do saber, e não como inimiga, e que os professores sejam peças fundamentais neste desafio.

CONCLUSÃO

O estudo permitiu compreender que houve e ainda há um equívoco em relação a conceituação do termo gramática e também ao ensino dela, pois muitos autores e estudiosos pretendiam abolir o ensino da gramática na escola, entretanto por meio dos autores analisados foi possível perceber que a necessidade em relação ao ensino de Língua Portuguesa é de uma nova postura em relação ao ensino.

Essa nova proposta só será possível quando houver um real entendimento dos conhecimentos gramaticais diferenciando cada conceito e tipo de gramática, não a considerando somente como um compêndio de normas e regras, mas levando em consideração todos os aspectos que a envolvem.

Para que isso ocorra é importante que os estudos referentes à língua e a linguagem não sejam vistos como verdades absolutas, mas como conhecimentos em evolução e que em muitos momentos os estudiosos dessas áreas se equivocaram ao tentar anular ou desmoralizar uma a outra.

E a partir dessa percepção iniciar uma necessária reflexão de que somente teorias não podem mudar a realidade da sala de aula, mas sim a percepção de que juntas, gramática e linguística, podem fazer mais pelo ensino de línguas do que têm feito sozinhas ou separadamente.

Não se pode negar que em diversas situações os professores tentaram mudar suas práticas deixando de lado concepções que durante a sua formação forma consideradas retrógradas, tacanhas e tradicionais. Os cursos de Letras abandonaram quase que completamente o ensino da gramática e criticando-o ferrenhamente e ao invés de propor uma transformação do ensino da gramática praticamente o aboliram, prejudicando assim os futuros professores que muitas vezes saem da graduação com conhecimento insuficiente sobre a norma padrão tendo então dificuldades de propor e elabora novas metodologias para um ensino eficiente e adequado ao novo contexto educacional e até mesmo sociocultural.

Por sua vez os professores tentando buscar novos caminhos acabam por utilizar o ensino tradicional da gramática sob nova roupagem do uso do texto, utilizando, portanto o texto como pretexto e repetindo os mesmos erros do passado em relação ao ensino tradicional da gramática normativa.

Ao analisar alguns conceitos de gramática, foi possível entender que se pode sim refletir sobre a necessidade de propor um ensino produtivo e que objetive ensinar novas habilidades linguísticas para a formação do uso competente da língua.

Não há uma pretensão de anular os padrões linguísticos que o aluno já tenha adquirido, mas há sim uma intenção de acrescentar outros e novos recursos linguísticos que esse aluno ainda desconhece para o uso adequado e competente da língua frente as mais diversas situações que essa aluno possa vivenciar.

Segundo a pesquisadora Silvana Rocha (2010) essa intenção só será possível quando o ensino de Língua Portuguesa abranger todos os tipos de gramática levando os alunos a reflexão sobre a língua e o uso dela.

Por conseguinte, se queremos tornar o ensino da gramática contextualizado e significativo para os nossos alunos, devemos partir do conhecimento de gramática que eles têm, pois assim as aulas de Língua Portuguesa podem adquirir sentido no processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, o conhecimento da gramática internalizada é o ponto de partida para chegarmos à gramática normativa. Nesse percurso, certamente podemos passar pela gramática de uso, a gramática reflexiva, que é o nosso grande desafio. E assim, o ensino dos conteúdos gramaticais passará a ter sentido para a vida dos nossos alunos. (ROCHA, 2010, p 12)

Portanto o desafio do ensino de Língua Materna deve ser enfrentado por todos os envolvidos no processo ensino/aprendizagem, desde os estudiosos da língua até os professores e alunos. No sentido de que os professores é que darão uma nova perspectiva para a mudança e transformação no ensino de língua, unindo os conhecimentos adquiridos em linguística e gramática para desenvolver em cada sala de aula uma nova forma de se encarar o ensino da gramática e fazendo-o com propriedade, conhecimento, criatividade e esperança de que a mudança ocorra por meio do trabalho árduo, mas recompensador de cada profissional que se propõe a trabalhar em prol da competência comunicativa e a aquisição de novas habilidades por cada aluno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de, **Dicionário de Questões Vernáculas**. 4ª Ed., Ática, 2003.

ANTUNES, Irlandé. **Muito Além da Gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. Ed. Parábola, 2007

_____. **Aula de Português: Encontro & Interação**. 2ª Ed., Parábola, 2003.

APARÍCIO, Ana Sílvia Moço. A proposta paulista de renovação do ensino de gramática dos anos 80/90. In: **Trabalhos em Lingüística Aplicada**, v.37, p.25-48, 2001.

BAGNO, Marcos. **Língua materna**. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo. Parábola, 2012.

BECHARA, E. **Ensino da gramática, opressão? Liberdade?**. São Paulo: Ática, 1995.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos – Ensino de língua x tradição gramatical**. São Paulo: Mercado das Letras, 2000.

FRANCHI, Carlos: Criatividade e Gramática. In: C. Franchi; E. Negrão; A. L. Müller. **Mas o que é mesmo “Gramática”?** São Paulo: Parábola, 2006.

FERRAZ, Mônica Mano Trindade. OLIVAN, Karen Neves. **Gramática e Formação do Professor de Língua Materna**: Refletindo sobre o ensino e ensinando para a Reflexão. Curitiba. Anais do VII Congresso Internacional da Abralín. 2011.

GERALDI, João Wanderlei. **O texto na Sala de Aula**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1997.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e Liberdade**. São Paulo: Ática. 6ª edição. 1998.

MARTINS, Kellen Cozine, PEREIRA, Marli Hermenegilda. **Gramática e Reflexão**: Por um Ensino Crítico em Prol da Competência. Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF Vol. XII, nº 05. 2008

PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. **O professor de língua portuguesa**: modos de ensinar e de aprender. In: AZEREDO, José Carlos de (org). *Língua Portuguesa em debate*: conhecimento e ensino. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 244-249.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. Da sócio história do português brasileiro para o ensino do português no Brasil hoje. In: AZEREDO, José Carlos de (org). **Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 19 - 33.

ROCHA, Silvana Soares Siqueira. **O Ensino da Gramática Contextualizado com as Dificuldades dos Alunos: Uma Prática Possível**. In: 1º CIELLI – Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários, 4º CIELLI – Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários. Maringá. 2010.

VIOTTI, Evani. **Introdução aos Estudos Linguísticos**. Florianópolis. USP, 2007.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: ensino plural**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.